

## ATA DA 10.<sup>a</sup> REUNIÃO DO CONSELHO DAS ESCOLAS

25 de setembro de 2019

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e dezanove, nos termos do n.º 3 do art.º 12.º do Decreto-Regulamentar n.º 5/2013, de 29 de agosto, reuniu, em sessão extraordinária, pelas catorze horas, o Plenário do Conselho das Escolas, no Centro de Caparide em S. Domingos de Rana, sob a presidência de José Eduardo Lemos, a fim de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos, conforme convocatória de dezanove de setembro: \_\_\_\_\_

**Ponto um** – Tomada de posse do novo elemento do Conselho. \_\_\_\_\_

**Ponto dois** – Discussão e aprovação da ata da reunião anterior. \_\_\_\_\_

**Ponto três** – Regulamentação das comunicações eletrónicas entre os tribunais judiciais e as escolas da rede pública tutelada pelo ministério da educação: apreciação e votação da proposta de parecer da Comissão Permanente. \_\_\_\_\_

**Ponto quatro** – Assuntos diversos. \_\_\_\_\_

Estiveram presentes os conselheiros Amílcar Francisco Albuquerque dos Santos, Ana Cláudia Cohen G. B. Caseiro G. Domingos, Anabela Henriques de Matos Soares, António Manuel M. Castel-Branco Ribeiro, António Ventura dos Santos Pinto, Carlos Jorge Pires Percheiro, Fernando Filipe de Almeida, João Alberto Chaves Caiado Rodrigues, João Manuel Ascensão Belém, João Manuel Esteves Dias Andrade, Joaquim Tomaz, Jorge Manuel de Sousa do Nascimento, José Alfredo Rodrigues Mendes, José António de Sousa, José Eduardo Lemos de Sousa, José Manuel Batista Carreira, Lucinda Maria Mendes Ferreira, Margarida Ana Valente Fonseca, Maria Celeste Gonçalves Simões de Sousa, Maria Júlia Ferreira Gradeço, Maria Manuela Vieira Machado e Rosalina de Jesus Rodrigues Pinheiro, num total de vinte e dois. Faltaram à reunião os conselheiros Fátima do Céu Carola Moreira Pinto, Fernando Paulo Mateus Elias, Francisco Manuel Cortez B. La Féria e Oliveira, Idalécio Lourenço dos Santos Nicolau e Maria José L. Albuquerque Passos Ascensão. \_\_\_\_\_

**Ponto um – Tomada de posse do novo elemento do Conselho.** \_\_\_\_\_

O Presidente deu conhecimento ao Plenário de que o conselheiro Luís Henrique Cardoso Fernandes havia terminado funções como Diretor do seu Agrupamento de Escolas, pelo que, em consequência, nos termos e para os efeitos do artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 5/2013, de 29 de agosto, chamou, para tomar posse neste órgão, João Manuel Esteves Dias Andrade, Diretor do Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio, Braga, que figurava em sétimo lugar na lista A do Quadro de Zona Pedagógica Um e que, assim, tomou posse na presente reunião. \_\_\_\_\_

O Presidente deu as boas vindas ao novo conselheiro e informou-o que a tomada de posse se formalizava com a referência em ata e com a assinatura na folha de presenças da reunião. Deu, de seguida, a palavra ao conselheiro empossado, o qual, depois de cumprimentar os presentes, declarou que considera que os motivos que o levaram a aceitar candidatar-se continuam presentes e que, por isso, agradecendo esta oportunidade, manifesta toda a disponibilidade e empenho no exercício das funções que agora assume. \_\_\_\_\_

**Ponto dois – Discussão e aprovação da ata da reunião anterior.** \_\_\_\_\_

Depois de discutida a proposta de ata da reunião de quinze de março do corrente ano, previamente enviada a todos os conselheiros, e após pequenas correções, a mesma foi posta à votação tendo sido aprovada pela unanimidade dos elementos presentes na referida reunião.

**Ponto três – Regulamentação das comunicações eletrónicas entre os tribunais judiciais e as escolas da rede pública tutelada pelo ministério da educação: apreciação e votação da proposta de parecer da Comissão Permanente.** \_\_\_\_\_

O Presidente começou por enquadrar o assunto em apreço, tendo, desde logo deixado um registo para o momento do ano letivo em que o parecer é solicitado, bem como os prazos definidos para a emissão do mesmo. \_\_\_\_\_

Manifestou, ainda, alguma estranheza pelo facto de o Ministério da Educação solicitar a este Conselho um parecer sobre uma questão técnica de aplicação de lei e não o ter feito relativamente a três documentos legais sobre política educativa com implicação direta na organização das escolas, publicados durante o verão, concretamente a Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho, e os Despachos n.º 6147/2019, de 4 de julho, e n.º 7247, de 16 de agosto. \_\_\_\_

De seguida, deu a palavra aos conselheiros, tendo apenas a conselheira Anabela Soares alertado para o facto de a funcionalidade destas plataformas depender fundamentalmente dos equipamentos informáticos que as escolas possuem. Referiu, ainda, que, não obstante a condicionante exposta, tudo o que retire algum trabalho às escolas será sempre positivo. \_\_\_\_

Não havendo mais intervenções, o Presidente submeteu à votação final o Parecer da Comissão Permanente, o qual foi aprovado por unanimidade. \_\_\_\_\_

**Ponto quatro – Assuntos diversos.** \_\_\_\_\_

O Presidente começou por ler uma mensagem da Associação de Tradutores e Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa (ATILGP), enviada em fevereiro aos membros deste Conselho e que não fora tratada na última reunião, na qual a Associação sublinha a “necessidade de assegurar a comunicação dos pais ou encarregados de educação surdos com os profissionais de educação, nomeadamente docentes e outros agentes da comunidade escolar”. \_\_\_\_\_

Sobre o assunto da mensagem, o conselheiro João Andrade referiu que poderá ser solução o Estado ter um serviço central de tradução, pois qualquer outra será de difícil implementação. Por seu lado, o conselheiro João Belém informou que no seu distrito há uma escola de referência em que, além do professor, os alunos têm intérprete e tradutor. Para o conselheiro Joaquim Tomaz pode ser o aluno a fazer a ligação entre a escola e o pai, enquanto para o conselheiro António Castel-Branco os Centros de Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação para a Educação Especial (CRTIC) poderão ajudar nesta comunicação, disponibilizando um técnico. Por sua vez, para a conselheira Lucinda Ferreira o que está em causa é a questão da comunicação entre a Escola e qualquer Encarregado de Educação que não utiliza a linguagem que se fala na Escola. No fundo, o problema a resolver é a que meios podemos recorrer, a quem e onde para dar resposta a estas situações. O Presidente encerrou este assunto, referindo que o Conselho está sensibilizado para o problema exposto e entende



que compete ao Estado, através da Administração Educativa, prever uma solução para que todos os pais e encarregados de educação possam comunicar com a Escola. \_\_\_\_\_

Deu, depois, informação de várias ações por si realizadas ou a realizar, nomeadamente: \_\_\_\_\_

Em 15/04/2019, deu informação à Comissão Parlamentar de Educação sobre a petição n.º 598/XIII/4.ª - "Pelo direito à vinculação e integração na carreira docente/Pela criação de um Grupo de Recrutamento na Área do Teatro"; \_\_\_\_\_

Em 23/04/2019, participou, juntamente com os Vice-Presidentes e o conselheiro António Ventura Pinto na Audição Parlamentar "Transferência de competências para as autarquias"; \_\_\_\_\_

Em 10/05/2019, deu Informação à Comissão Parlamentar de Educação sobre a petição n.º 605/XIII/4.ª - "Igualdade entre professores de quadro nos concursos"; \_\_\_\_\_

Em 21/05/2019, deu Informação à Comissão Parlamentar sobre a petição n.º 605/XIII/4.ª - "Revisão do decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário"; \_\_\_\_\_

Em 24/06/2019, participou por videoconferência numa Audição promovida pelo CNE sobre o modelo de recrutamento e colocação de pessoal docente nas escolas; \_\_\_\_\_

Também em 24/06/2019, deu informação à Comissão Parlamentar de Educação sobre a petição n.º 616/XIII/4.ª - "Pela criação de um grupo de recrutamento da intervenção precoce";

Em 03/07/2019, em resposta a pedido do Presidente do Conselho Diretivo do POCH para indicar um elemento do CE que pudesse substituir o nosso representante no júri do concurso "Prémios Capital Humano", indicou o conselheiro José António Sousa; \_\_\_\_\_

Em 19/10/2019, participará numa mesa redonda "Olhares sobre a implementação da autonomia e flexibilidade curricular" na UTAD; \_\_\_\_\_

Por fim, em 24/10/2019, participará no 3º congresso internacional IACS (Infeção Associada Aos Cuidados de Saúde) 2019, num painel sobre os "Desafios e Inovação em Controlo de Infeção".

De seguida, deu a palavra aos conselheiros que apresentaram os seguintes assuntos: \_\_\_\_\_

O conselheiro José António Sousa explicou a sua participação na primeira e única reunião do júri dos "Prémios Capital Humano". \_\_\_\_\_

A conselheira Celeste Sousa referiu que, no Conselho Geral do IAVE, se sentiu a necessidade de este estreitar a comunicação com as escolas, relativamente, por exemplo, aos RIPA e REPA, pois entende que estes são instrumentos que as escolas não aproveitam cabalmente. Neste sentido, propôs ao Presidente do IAVE que o mesmo pudesse vir a este Conselho e que tal pudesse acontecer na reunião prevista para outubro. A conselheira Ana Cláudia Cohen referiu que era sempre contra tudo o que afeta a autonomia das Escolas, o que não é o caso pois a vinda do Presidente do IAVE dar-nos-ia a possibilidade de melhor informarmos as Escolas que representamos. Sobre esta questão, entende a conselheira Júlia Gradeço que a vinda de membros de outras entidades a este Conselho será sempre positiva. Já o conselheiro António Ventura entende que, tendo em conta as competências e a matriz de funcionamento deste órgão, é necessário haver algum cuidado e critério com a vinda cá de outras estruturas da área da educação. O conselheiro Fernando Almeida, por seu lado, entende que, neste caso em concreto, deve ser ajustada a questão da comunicação e, nesse sentido, o Presidente do IAVE deve manifestar formalmente ao Presidente deste Conselho a sua vontade de participar numa das suas reuniões. Já o conselheiro Jorge Nascimento manifestou a opinião de que, não tendo o Ministério a consideração de nos ouvir em relação a questões importantes para a vida das escolas, não será de convidar outro tipo de entidades que funcionem sob a sua tutela. Na opinião da conselheira Lucinda Ferreira, devemos, por princípio, receber quem pretende ser



recebido, sendo que devem ser as entidades que tal pretendam a solicitá-lo e não esperar que seja este Conselho a tomar a iniciativa de as convidar. O conselheiro Carlos Percheiro, porque entende que este Conselho é uma entidade aberta, subscreve a opinião da conselheira precedente. Um pouco no mesmo sentido, o conselheiro Joaquim Tomaz entende que, dado que representamos as escolas, temos de ver se há necessidade ou não de, por vezes, vermos esclarecidos assuntos que estejam mais associados e na competência de outras entidades do Ministério da Educação, do mesmo modo que, para o conselheiro José Carreira, o importante é que as várias entidades comuniquem e que não nos fechemos a outros órgãos. Para o conselheiro João Andrade, este Conselho tem todo o direito e legitimidade para, quando quiser e entender, solicitar a qualquer entidade a sua vinda cá a fim de ser esclarecido sobre assunto que considere relevante. Por fim, e para encerrar este assunto, a conselheira Celeste Sousa voltou a usar da palavra para sublinhar que, respeitando o entendimento mais formal do Presidente em relação ao funcionamento deste Órgão, na referida reunião do IAVE lhe parecera oportuno que, sendo os assuntos a tratar do interesse das escolas, seria positiva uma vinda do Presidente daquele organismo a este Conselho. \_\_\_\_\_

A conselheira Júlia Gradeço referiu que o MISI solicita um conjunto de informações sobre os encarregados de educação que ela questiona se, por questões de legalidade, deverá facultar ou não. \_\_\_\_\_

A conselheira Anabela Soares interveio para evidenciar a questão dos parcos orçamentos das escolas, agravados pelas dificuldades em pagar as deslocações dos avaliadores externos no processo de avaliação de desempenho dos docentes. Referiu, ainda, que, se o pessoal docente foi colocado em meados de agosto, já o mesmo não se verificou com o não docente que, de todo, não foi colocado atempadamente. Por fim, salientou que, sendo algo crucial para a vida das escolas, será fundamental para os diretores serem mais envolvidos e informados sobre o processo de descentralização em curso. \_\_\_\_\_

O conselheiro João Andrade, depois de esclarecer que os dados pedidos pelo MISI são protegidos pela Portaria que o criou, alertou para três questões: por um lado, a preocupação enorme com o pessoal não docente, agravada pelo facto de os rácios da Portaria serem postos em causa, de certa forma, pelo Decreto-lei n.º 54, já que não são previstos recursos para os alunos com necessidades específicas que vão para a sala de aula; por outro, os parcos recursos financeiros que impedem que as escolas possam ter assessorias em várias áreas importantes para o seu funcionamento; e, por fim, a questão da dificuldade crescente da colocação de alguns docentes. \_\_\_\_\_

Também o conselheiro Carlos Percheiro sublinhou a gestão cada vez mais difícil dos reduzidos orçamentos atribuídos pelo Ministério às escolas, bem como a do pessoal não docente, cada vez em menor número e com mais idade, o que coloca em causa a segurança dos alunos, da escola e o apoio às medidas do Decreto-lei n.º 54. \_\_\_\_\_

O conselheiro Amílcar Santos interveio, começando por alertar para o facto de existir uma rede escolar que se transformou numa manta de retalhos, com unidades de dimensão díspar e com dificuldades de gestão muito diferenciadas. Também referiu que o processo de transferência de competências para os municípios pode acarretar outras dificuldades, nomeadamente, em relação à gestão das instalações e à gestão do pessoal não docente, devendo ser salvaguardado o papel dos diretores nestas matérias. Depois, referiu a questão da falta de docentes que é cada vez mais grave e premente, resultante, em parte de um sistema de colocações irracional e sem flexibilidade, a que se juntam as alterações feitas há anos na formação dos docentes com a destruição da lógica dos estágios profissionalizantes nas escolas



e, ainda, a existência de uma carreira docente que não proporciona atração nem premeia o mérito. Por fim, manifestou o seu desagrado pela administração educativa continuar a encarar a gestão das escolas e o trabalho dos diretores na lógica de “aqueles que resolvem” os problemas, embora sem lhes serem dados os devidos recursos e apoio, estando hoje as escolas assoberbadas com muita burocracia. Outro problema que expôs ao Conselho é o da inexistência do reconhecimento estatutário e remuneratório dos diretores, sujeitos à mesma lógica indiciária da carreira docente, sendo muito penalizados na sua carreira, até pelo sistema de avaliação. Adiantou que já referiu, em sede própria e as responsáveis do ministério que, pelo menos, e na ausência de um estatuto remuneratório e de compensação na carreira adequados, que o diretor, enquanto desempenha o cargo, deve ser remunerado pelo último escalão da carreira docente, a que acresceria o valor adicional pelo cargo, ele mesmo a ser revisto por o considerar irrisório em termos líquidos. \_\_\_\_\_

A conselheira Margarida Fonseca usou da palavra para apresentar as principais preocupações dos diretores da respetiva área pedagógica. Neste sentido, alertou, por um lado, para as dificuldades das escolas para proceder ao pagamento aos avaliadores externos, bem como o prejuízo que estes avaliadores vão ter nas suas aulas devido às ausências e, por outro, a falta de pessoal não docente, agravada pelos complexos concursos que estão a decorrer e que, em relação a determinados requisitos, deveriam ser efetuados por outra entidade (o INA, por exemplo) que não as escolas. \_\_\_\_\_

De seguida, o conselheiro António Ventura expôs ao Conselho duas das questões que, em seu entender, perturbaram muito o final do ano escolar transato e o início do atual: desde logo, a questão da reutilização dos manuais que, por todos os erros de conceção e organização de toda esta medida quando foi tomada, pelo aumento do número de livros envolvidos, pela alteração do registo deste processo na plataforma MEGA, para além da sobrecarga de trabalho trazida às escolas na fase crucial do final do ano letivo, criaram muitas situações de tensão entre estas e os encarregados de educação que se prolongaram pelo início do presente ano escolar; depois, também elemento perturbador do final do ano anterior e início deste foi a questão da avaliação de desempenho dos docentes, com a publicação dos diplomas que regulam a recuperação do tempo de serviço, o que, além de aumentar exponencialmente o número de docentes a avaliar, com a posterior publicação de difusa, pouco clara e sucessiva informação (desinformação), veio criar imensas situações dúbias e, eventualmente, propiciar decisões diferentes de escola para escola que poderão resultar em preocupantes situações de injustiça e desigualdades entre docentes. \_\_\_\_\_

O conselheiro José António Sousa referiu que, ao nível do concelho de Lisboa, com o processo de transferência de competências, no que respeita ao pessoal não docente, a DGEstE apenas concluirá os concursos a decorrer, após o que todo este assunto passará a ser tratado com a Câmara. De seguida, alertou para a questão gritante nas escolas que é a falta de assistentes técnicos, bem como a muito preocupante questão da falta de docentes para determinados grupos de recrutamento. Por fim, apresentou a questão da reutilização dos manuais do 4.º ano de escolaridade, já que a reutilização está prevista para um máximo de três anos, mas não houve, no entanto, novas adoções de manuais neste ano. Assim, será necessário esperar pelo final deste ano letivo para perceber como proceder com a entrega destes manuais. \_\_\_\_\_

A conselheira Celeste Sousa sublinhou a questão do envelhecimento dos assistentes técnicos. O conselheiro Alfredo Mendes frisou igualmente a grave carência de assistentes técnicos, referindo a solução a que cada vez mais muitas escolas recorrem que é a de colocar assistentes operacionais naquelas funções, havendo situações em que também se tenta resolver a



situação com a colocação de trabalhadores com contratos de inserção nessas funções, solução que também não é, de todo, a adequada para a resolução do problema. \_\_\_\_\_

O conselheiro Fernando Almeida chamou a atenção para o facto de, não obstante todos os anos se realizarem reuniões nas CIME para decidir e coordenar os cursos profissionais a abrir em cada escola no ano seguinte, surgem depois entidades formadoras que inscrevem alunos com o 9.º ano, colocando, assim, em causa todo aquele trabalho preparatório. Relativamente ao problema da falta de docentes em alguns grupos de recrutamento, o CNE aprovou uma recomendação em 24/06/2019 sobre a qualificação e valorização dos docentes do Ensino Básico e Secundário. \_\_\_\_\_

A conselheira Lucinda Ferreira expressou a sua preocupação com as condições de trabalho dos diretores e com as condições e regras que regem a sua avaliação de desempenho (as quais tornam, por vezes, mais fácil obter avaliação de mérito como docente do que como diretor). É, por isso, em seu entender, importante que seja discutido o modelo de avaliação dos diretores.

O conselheiro António Castel-Branco relevou também a questão da carência do pessoal não docente, estando a situação em muitas regiões onde, apesar da garantia do cumprimento do rácio, motivado pelo processo de descentralização, como acontece em Sintra, concelho que usou para exemplificar e demonstrar todo este problema relacionado com a não existência de substituições e com a mobilidade permanente. Em relação à avaliação de desempenho dos diretores, referiu que será importante rever os parâmetros desta avaliação. Mostrou, de seguida algum desagrado e incompreensão pelos valores cobrados pela Caixa Geral de Depósitos pelo número de moedas que as escolas lá entregam diariamente. Por fim, congratulou-se com a distinção internacional recebida pelo Agrupamento de Escolas de Alcanena, no que foi secundado por vários conselheiros. \_\_\_\_\_

O conselheiro Joaquim Tomaz expressou e subscreveu as questões levantadas pelo conselheiro António Ventura relativas à reutilização dos manuais, acrescentando outras que irão surgir com o ensino secundário e a entrega dos livros das disciplinas com exame nacional. Referiu, ainda, a situação díspar vivida pelas escolas no que toca à entrada de funcionários. \_\_\_\_\_

O conselheiro Jorge Nascimento declarou que, tendo nós muitos problemas nas escolas, aquilo em que é fundamental que nos entendamos e coloquemos o nosso enfoque é na questão dos recursos humanos. Por isso, em seu entender, a tarefa prioritária deste Conselho será dizer como valorizar os recursos humanos nas escolas. \_\_\_\_\_

A conselheira Ana Cláudia Cohen, depois de referir que a avaliação externa das escolas também pode valorizar a avaliação dos diretores, expressou a sua preocupação em relação a todas as questões que envolvem a contratação pública no que respeita ao funcionamento dos cursos profissionais. \_\_\_\_\_

O conselheiro João Caiado chamou a atenção para o elevado número de docentes em mobilidade por doença em Viseu (mais de 500) e manifestou a opinião que, em relação aos docentes em serviço nas escolas mas com limitações de saúde, seria de voltar-se à possibilidade de serem as juntas médicas a atribuir as reduções de que poderiam usufruir esses docentes. \_\_\_\_\_

Não se registando mais intervenções e após a leitura e aprovação por unanimidade da ata em forma de minuta, o Presidente deu por encerrada a sessão pelas dezassete horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, António Ventura dos Santos Pinto, que a secretariei, e por José Eduardo Lemos, que presidiu. \_\_\_\_\_

António Ventura dos Santos Pinto \_\_\_\_\_

José Eduardo Lemos \_\_\_\_\_

